



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019

CRÍTICA À CAUSALIDADE EM DAVID HUME

Irlan Cruz Alves

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: irlandacruz@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: woteles@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento; Causalidade; Necessidade.

INTRODUÇÃO

David Hume, no *Tratado da Natureza Humana*, expôs pela primeira vez sua crítica a tão amplamente reconhecida necessidade causal. Sem se furtar à investigação de princípios basilares do empirismo, sua modificação de uma *teoria das ideias* já teria em si características suficientes para marca-lo como um dos grandes filósofos do século XVIII, mas foi precisamente a crítica de seus enunciados mais fundamentais que lhe logrou o reconhecimento. A mente humana é constituída de percepções, qual seja, *ideias e impressões*, a primeira é uma cópia menos vívida da segunda e possui relação dependente, de maneira que toda ideia pode ser traçada, no final das contas, a uma impressão. *O necessário* consiste, em Hume, na única maneira de obter conhecimento certo, de modo que somente uma *relação entre ideias* tem a capacidade de oferecê-lo, ao mesmo tempo que as *questões de fato*, apesar de aparentarem necessidade não podem, de maneira alguma oferecer conhecimento necessário. Uma questão de fato, como uma relação que não depende unicamente das ideias envolvidas, acaba por ser entendida como contingencial, portanto, obviamente, passível de mudança. Como as *relações causais* são, em última instância, questões de fato conclui-se que não há necessidade em uma relação de causa e efeito. A chave para o correto entendimento da crítica humeana está no conhecimento, ou seja, na capacidade da razão obtê-lo. A grande questão para Hume é retirar as relações causais do âmbito da razão, tornando assim completamente distinto o caminho para compreendê-lo. A opinião usual de que a causalidade exprime necessidade deve ser entendida enquanto *crença*, ou seja, o atributo humano de perceber relações entre objetos ou eventos e, depois, conferir certeza à repetição futura dessa relação entre objetos ou eventos. Assim, a causalidade estaria fundada na crença e a crença, por fim, encontraria seu fundamento no *costume*, ou *hábito*, o atributo da natureza humana capaz de perceber e conferir certeza a relações causais.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

O método consistiu na leitura e escrita de textos segundo técnicas de exegese e de escrita que caracterizam a atuação profissional na área. Assim, a execução das atividades concernidas pelo plano de trabalho privilegiou o cotejo das fontes primárias da pesquisa, sem se furtar à apreciação de fontes secundárias. Nesse sentido, houve a etapa de leituras e

fichamentos, depois de escrita e apresentação no Grupo de Estudo e Pesquisa para apreciação dos resultados parciais da pesquisa por meio do debate das questões que ela envolve.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

A pesquisa investigou a crítica à causalidade como exposta no *Tratado da Natureza Humana*, servindo-se, também, da base conceitual presente na *Investigação sobre o entendimento Humano*. A crítica não pode ser compreendida sem haver, antes, uma correta descrição dos princípios basilares que a ensejam, de tal modo que a apreensão de sua teoria das ideias é especialmente importante para todo o trabalho. A origem das ideias, o modo como são compostas, o princípio volitivo, o raciocínio, o entendimento etc. Todas essas questões fomentam uma discussão diferente, de maneira que é preciso sintetizá-las para abrir caminho ao tema geral e, posteriormente, fazer novo uso delas frente à parcela positiva da filosofia do autor, aquela que busca uma resolução, por meio do *costume* como princípio, para o problema antes levantado.

O recorte do tema foi essencial para que resultados concretos fossem alcançados, devido a sua amplitude a crítica à causalidade dispõe de muitas questões a serem tratadas e especificar qual e onde tratar é condição fundamental. Dessa maneira a introdução do tema no *Tratado* foi o recorte escolhido, junto a um problema levantado por Barry Stroud acerca dos critérios de separação. A partir daí foi possível esclarecer dúvidas conceituais e levantar possíveis resoluções às críticas apresentadas por Stroud.

A questão levantada por Barry Stroud está centrada em algo que pode ser entendido como problema da distinção. A vagueza com que Hume trata o tema pode trazer algumas consequências sérias para a argumentação inicial sobre o problema da causalidade, visto que a separação é essencial para atestar que uma relação causal não pode ser fonte de conhecimento necessário.

Não é exatamente fácil sair dessa teia de problemas apontada por Stroud, a crítica inicial do *Tratado* realmente peca pela vagueza. É como se pressuposições já estivessem subsumidas ao argumento e não fosse preciso detalhar extensivamente os critérios para uma tal distinção. Ou ainda, é como se Hume não estivesse primariamente preocupado em atestar a não necessidade de relação causal, mas em investigar de onde surge uma opinião que assume ares de necessidade. A resolução que procuramos pode estar na parcela positiva de sua filosofia.

A crença é definida por Hume como “uma ideia vívida relacionada ou associada com uma impressão presente” (HUME, 2009, p. 125) como, por exemplo, ao estar diante do fogo alguém ter a certeza de que o fogo causará calor ou, caso chegue demasiadamente perto, causará dor. A relação se daria a partir de uma relação causal entre o observado (o fogo) e o inobservado (calor, dor). João Paulo Monteiro define essa relação como uma inferência causal que “permite transpor os limites do observado. É graças a ela que, estabelecida a relação de causalidade, torna-se possível ultrapassar aqueles limites” (MONTEIRO, 2009, p. 29).

É possível afirmar que, de certa maneira, Hume não pretende pôr abaixo qualquer possibilidade de conhecimento necessário a respeito de questões de fato, na verdade é possível pensar que o ceticismo inicial de sua crítica propunha a necessidade de fundamentos mais firmes para as relações causais, mesmo que não fosse possível conhecê-los por meio de

um processo reflexivo. A crítica se centra única e exclusivamente no processo reflexivo acerca das relações causais e não na possibilidade de haver uma conexão necessária entre tal causa e tal efeito, mesmo que nunca venha a sabê-lo ou observá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Ao tratar da crítica à causalidade, foi abordada a exposição inicial do tema como se encontra no *Tratado*. O intuito principal foi observar em que medida os argumentos humeanos se sustentam diante da crítica, tipicamente contemporânea, que versa sobre a vagueza de critérios para o fundamento da crítica causal. Assim, foi necessário recorrer a comentadores e a uma série de argumentos positivos para voltar à análise causal feita por Hume e decidir a respeito de sua validade e coerência lógica.

O confronto entre a solução de Hume e a crítica aos seus argumentos consiste em fazer ver que o uso da *distinção* como critério para a *separação de ideias* pode levar a um argumento circular, visto que a distinção acaba por recorrer à *contradição* quando deveria fundamentá-la. O fato de negar solidez a um princípio tão basilar torna a análise deveras importante, por isso foi preciso buscar na parcela positiva da filosofia de Hume e em comentadores, como João Paulo Monteiro e Tom Beauchamp, contra-argumentos que tornam possível contorná-la.

Ao fazê-lo foi possível concluir que a pretensão de Hume não estava centrada em extirpar a relação necessária entre relações causais, mas provar que o raciocínio não é capaz de as perceber, de tal modo que a opinião acerca da necessidade causal recebe um fundamento em sua filosofia. Daí decorre que não havendo a pretensão cética de pôr abaixo a necessidade, mas sim a possibilidade desse tipo de conhecimento, não é possível analisar o argumento que inaugura a crítica sem antes prestar atenção ao processo de fundamentação positivo de sua filosofia, que consiste em mostrar como a necessidade pode aplicar-se à experiência.

REFERÊNCIAS

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. **Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral**. São Paulo: Unesp, 2004.

STROUD, Barry. **Hume**. Reino Unido: Taylor & Francis e-Library, 2003

MONTEIRO, João Paulo. **Hume e a Epistemologia**. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. “Hume: Três Problemas Centrais”. **Dois Pontos**, Curitiba, Vol. 1, n. 2, p.111 – 128, jan/jun, 2005.

BEAUCHAMP, Tom. **Hume’s Two Theories of Causation**. Reino Unido, Vol. 55, n. 3, p.281 – 300, 1973.